

Literatura brasileira, leitura e gênero

Regina Zilberman

[Recibido, setembro 2007; aceptado, outubro 2007]

RESUMO Na sequência da consolidação da leitura enquanto prática difundida entre os diferentes públicos, os leitores passaram a ser entendidos como figuras frágeis e manipuláveis pelos textos. A partir do século XVIII, quando se generalizou a alfabetização de ambos os sexos, as mulheres foram consideradas as maiores vítimas do mal. A literatura do século XIX foi povoada por personagens femininas pervertidas pelo consumo de obras de ficção. A literatura brasileira não ficou indiferente ao tema, fertilizando a ficção dos escritores, que representam a leitura das mulheres permeada de sensualidade, em que o corpo desempenha papel material e sintomático dos efeitos dos livros.

PALAVRAS CHAVE: leitora, representação da leitura, público feminino.

ABSTRACT As literature became established as a habit for a varied public, readers were perceived as subjects who were fragile and malleable by texts. From the eighteenth century onward, when literacy extended to both sexes, women were considered the principal victims of this evil tendency. The nineteenth century was full of female characters who were corrupted by their consumption of works of fiction. Brazilian literature was not unaffected by this tendency, filling the fiction of writers who represent reading by women as permeated by sensuality and in which the body plays the real and symptomatic role of the effect of books.

KEYWORDS: woman lecturer, representation of the lecture, feminine public.

199

A história da leitura no Ocidente revela um dado paradoxal: sua expansão entre diferentes camadas e gêneros de leitores, desde os primeiros séculos da modernidade, vem acompanhada do crescimento das instâncias de discriminação e repressão. A mais óbvia dessas instâncias é a censura, praticada pelo poder civil e religioso há alguns séculos. Já no Portugal do século XV, quando ainda não havia tipografias, e os textos circulavam na forma manuscrita, um alvará de 18 de agosto de 1451, proveniente do governo de D. Afonso V, declarava “ter sido acordado em conselho mandar queimar os livros falsos ou heréticos.” (Sá; 1983: 9). No século XVI, com a difusão da imprensa, os

mecanismos se diversificaram: as obras só podiam ser publicadas e vendidas se os reis autorizassem, por meio da concessão de privilégios (Anselo, 1997). Esse impedimento não foi suficiente, pois, em 1564, o Papa Pio IV divulgou o *Index Librorum Prohibitorum* (a última edição data de 1948), limitando a circulação de boa parte da literatura da época e do passado na Europa cristã e nos lugares em que, após os descobrimentos do século XVI, os sacerdotes católicos exerciam alguma influência. Assinalando a confluência entre os interesses do Estado e da Igreja, em 1576, alvará de D. Sebastião, de Portugal, determinou “que se não imprimissem livros sem licença do Desembargo do Paço, mesmo que tivessem sido vistos e aprovados pela Inquisição.” (Sá, 1983: 24; Guedes, 2001: 33-34).

200

Em alguns casos, porém, a própria literatura se encarregou de discutir os efeitos –alguns indesejáveis– da leitura. *D. Quixote* parece ser o primeiro exemplo de uma série de obras em que o gosto por livros fez o leitor mudar de vida e buscar outras alternativas para sua existência, desagradando familiares e detentores do poder. Se Cervantes, por sua vez, zomba do comportamento censor, vigente na Espanha de seu tempo, de que é expressão a fogueira em que é lançada a biblioteca do protagonista do romance, muitos outros autores levam a sério a tônica fiscalizadora, que cresce sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, quando a produção de livros alcança escala industrial, expande-se a alfabetização, fortalece-se o público consumidor e consolidam-se gêneros populares, sobretudo o romance. *A leituromania* parece tomar conta de parcelas da população, sendo a designação escolhida sintoma de que o fenômeno era tratado como doença e requeria tratamento, exercido sobretudo pelos pedagogos e críticos da época.

As mulheres, segmento do público emergente e em franco crescimento, foram consideradas as maiores vítimas do mal. Na passagem do século XVIII para o XIX, produzem-se manuais, de autoria de educadores, teólogos e filósofos, que orientam os consumidores para a atitude mais adequada e correcta a tomar, diante da propagação dos livros que tem nas mulheres seu público preferido (Woodmansee, 1994; Zilberman, 2001) Mesmo intelectuais e militantes adoptam esse posicionamento, como Mary Wollstonecraft (1759-1797) que, em *Thoughts on the Education of Daughters*, de 1787, chama a atenção para o tipo de obra a ser lida pelas jovens, que devem evitar as que apresentem um “relato equivocado das paixões humanas”, pois podem estimular a sensibilidade numa direção indesejada (Apud Newlyn, 2003: 320).

Não surpreende que a literatura do século XIX esteja povoada por personagens femininas que, pervertidas pela leitura de obras de ficção, assumem uma visão de mundo posta em descrédito pelo andamento do enredo e pelos comentários tanto do narrador, quanto de outras figuras humanas do texto. Ema Bovary, protagonista de novela de Gustave Flaubert, é o paradigma de uma série de mulheres que, contaminadas pelo mesmo vício, não resistem ao apelo da imaginação suscitada e estimulada pela fantasia literária.

A literatura brasileira não ficou indiferente ao tema, que fertiliza a ficção dos escritores nacionais formados no Romantismo, aparecendo nos romances de Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis (Lajolo e Zilberman, 1996). Se, na ficção de Macedo e Alencar, a educação feminina previa a formação de uma leitora atenta à literatura contemporânea –e, no caso de Alencar, atenta à leitura da obra dele, como se vê em *Senhora*–, o que propicia ao narrador louvar a atitude de suas personagens, na ficção de Machado, a perspectiva é bem menos favorável às mulheres.

Nos romances que publicou na década de 1870, ganham a simpatia do narrador as personagens que não se deixam seduzir pelas figuras encontráveis nos livros, atitude exemplificada por Guiomar, de *A mão e a luva*. Já na primeira cena em que aparece, apresenta-se na condição de leitora, conforme a percebe Estêvão, cujo ponto de vista, nesse trecho, conduz a narração:

Pôde ver-lhe também um livrinho, aberto nas mãos, sobre o qual pousava os olhos, levantando-os de espaço a espaço, quando lhe era mister voltar a folha, e deixando-os cair outra vez para embeber-se na leitura (Assis, 1959: 210).

Essa condição faculta à moça desempenhar o papel de leitora em voz alta, para a audiência de sua madrinha e protectora, de romances recentemente publicados, conforme cena do capítulo IX: “Guiomar lia, para a madrinha ouvir, um romance francês, recentemente publicado em Paris e trazido pelo último paquete.” (Assis, 1959: 113-114). O exercício dessa função, entre outras, garante-lhe a permanência na casa da rica baronesa, afiançando-lhe igualmente a educação, o sustento econômico e, mais adiante, o encontro do futuro marido. Nem por isso a jovem se deixa levar pela sedução da leitura, sendo essa provavelmente uma das razões do sucesso de suas iniciativas amorosas e de sua ascensão social.

Na contramão de Guiomar estão as personagens que acreditaram no que leram e deram-se mal. É o caso da narradora de “Confissões de uma viúva moça”, publicado primeiramente no *Jornal das Famílias*, em 1865 e, depois, em *Contos fluminenses*, de 1870, que acusa os livros por lhe terem transmitido visão equivocada do amor, levando-a a apaixonar-se pela pessoa errada: “Até então eu não tinha visto o amor senão nos livros. Aquele homem parecia-me realizar o amor que eu sonhara e vira descrito” (Assis, 1959a: 210).

Em “A mulher de preto”, uma das principais personagens, Estêvão, coloca a leitura de livros entre os hábitos que formam uma mulher fútil e leviana:

Uma menina que deixa as bonecas para ir decorar mecanicamente alguns livros mal escolhidos; que interrompe uma lição para ouvir contar uma cena de namoro; que em matéria de arte só conhece os figurinos parisienses; (...) esta menina pode vir a ser um esplêndido ornamento de salão e até uma fecunda mãe de família, mas nunca será uma mulher (Assis, 1959: 94).

202

Nos dois contos, a condenação dos livros é exposta por uma personagem, ambas leitoras: a narradora de “Confissões de uma viúva moça” relata a uma amiga a desilusão amorosa, estimulada em parte pela visão sentimental transmitida pelas obras consumidas; Estêvão, rapaz estudioso e correcto, condena nas moças de seu tempo a superficialidade decorrente da absorção de histórias frívolas.

A manobra narrativa relativiza a opinião, que pode não ser a do autor do conto; ao mesmo tempo, dissimula a circunstância de que os juízos transmitidos aparecem num texto impresso e pressupõem um leitor – ou melhor, uma leitora, já que, como se observou, os contos apareceram primeiramente num periódico destinado às famílias cariocas e que tinham, entre seus principais destinatários, as donas de casa do Rio de Janeiro dos anos 1860.

No transcorrer das décadas seguintes, não abrandou a censura às leituras femininas, nem os escritores deixaram de ser os porta-vozes da reprovação colectiva. O romance *Lar*, de Pardal Mallet, exemplifica o posicionamento que condena a leitura intensiva por parte de jovens mulheres, porque as obras provocam, em suas consumidoras, “novas sensações” (Mallet, 1888: 213) e fazem as personagens sonhar uma existência de fantasia, como ocorre à Sinhá, figura central daquela narrativa:

Oh! como sentia vontades de viver a vida daquela gente ali do livro! E lia, lia com pela espinha uns tremores sensuais, umas volúpias que lhe faziam frio na medula e uns calores febris no cérebro congestionado.

(...) Sonhando umas coisas estrambólicas, umas outras leituras assim compridas a botar-lhe no corpo as lubricidades românticas (Mallet, 1888: 214).

A descrição das “lubricidades” estende-se nas páginas seguintes, quando se verifica uma apreensão sensorial do texto, envolvendo não apenas a mente da leitora, mas igualmente seu corpo, que participa activamente da recepção da obra:

À noite, esperava que todos se deitassem, que a Ângela tivesse amortecido em lamparina o gás da sala de jantar, para reacender a vela e recomeçar a leitura. Fazia-a febricitante, tendo por vezes paradas bruscas durante as quais ficava a olhar vagamente um indefinido estranho, a cismar uns mundos de fantasia (Mallet, 1888: 218-219).

A referência à participação do corpo feminino no processo de leitura reapparece em outros romancistas do período. Em *A normalista*, Adolfo Caminha tornou paradigmática a cena em que relata as reacções da protagonista, Maria do Carmo, à leitura de *O primo Basílio*, de Eça de Queirós. Diante do livro, a primeira reacção da moça, após folhear “ao acaso aquela obra-prima”, é a disposição de “devorá-la”. Depois disso, a moça “leu-a de fio a pavio, página por página, linha por linha, palavra por palavra, devagar, demoradamente” (Caminha, 1994: 35 e ss.), processo que igualmente supõe a analogia com o acto de saborear uma iguaria.

O consumo vagaroso da obra sugere que ele não se deu de uma só vez, hipótese confirmada logo a seguir, quando o narrador informa que “uma noite o padrinho quase a surpreende no quarto, deitada, com o romance aberto, à luz d’uma vela”; essa leitura, por sua vez, dá-se de modo sigiloso, conforme comenta o narrador: “Porque ela só lia *O primo Basílio* à noite, no seu misterioso quartinho do meio da casa pegado à sala de jantar.” O motivo para tal clandestinidade revela-se no parágrafo subsequente: Maria do Carmo, tal como Sinhá, de *Lar*, não fica indiferente ao que lê, reagindo física e sensorialmente ao que encontra nas palavras escritas:

Que regalo todas aquelas cenas da vida burguesa! Toda aquela complicada história do *Paraíso!*... A primeira entrevista de Basílio com Luiza causou-lhe uma sensação estranha, uma extraordinária superexcitação nervosa; sentiui um como formigueiro nas pernas, titilações em certas partes do corpo,

prurido no bico dos seios púberes; o coração batia-lhe apressado, uma nuvem atravessou-lhe os olhos... Terminou a leitura cansada, como se tivesse acabado de um gozo infinito... E veio-lhe à mente o Zuza; se pudesse ter uma entrevista com o Zuza e fazer de Luíza.

Não surpreende que a jovem mostre “interesse extraordinário” pelo romance de Eça de Queirós, concluindo:

- Aquilo é que é um romance. A gente parece que está vendo as coisas, que está sentindo...

Não compreendia bem certas passagens, pensou em consultar a Lídia; sim, a Campelinho devia saber a história da *champagne* passada num beijo para a boca de Luíza.

204

Na representação do modo de ler das mulheres que protagonizam a ficção brasileira do século XIX, verifica-se o que Karin Littau chama de “materialidade da leitura” (Littau, 2006), que supõe não apenas a apreensão do significado do texto, por intermédio do intelecto, mas uma experiência envolvendo a totalidade do corpo. Mesmo Machado de Assis não pode deixar de aludir aos gestos de Guiomar, em *A mão e a luva*, quando é observada por Estêvão, anotando que traz o livro “aberto nas mãos, sobre o qual pousava os olhos, levantando-os de espaço a espaço” e que, depois de “voltar a folha”, ela deixa-os “cair outra vez para embeber-se na leitura”.

Em situação similar aparece Violante, irmã de Paulo, protagonista de *Turbilhão*, obra de 1906 escrita por Coelho Neto. Embora pertença à baixa classe média carioca do início do século XX (grupo a que Guiomar pertenceria, se não tivesse sido adoptada pela rica baronesa que a protege desde a adolescência), Violante também “passava os dias na cadeira de balanço, a ler romances”. Contudo, ao contrário da personagem de Machado de Assis, a jovem não fica imune ao que encontra nos livros, capazes de alimentar sua fantasia e aliená-la dos problemas familiares:

Quando lhe morreu o pai, já mocinha, sentiu-se como deserdada: foi como se, com ele, houvesse perdido uma fortuna que já possuía e um noivo que já a visitava em sonhos, formoso como os príncipes dos romances que ela devorava, revendo-se, com enlevo, em todas as heroínas (Coelho Neto, 1958: 83).

Também dos primeiros anos do século XX é a novela “Gente da gleba”, de Hugo de Carvalho Ramos, onde Nhá Lica preenche a função de Guiomar,

de *A mão e a luva*, lendo em voz alta para os vizinhos os poucos livros de sua biblioteca particular, sobretudo a matéria de “um volume encadernado da história de Carlos Magno e dos pares de França” (Ramos, 1965: 70):

Às vezes lia. Histórias tocantes de Genoveva de Brabante ou as aventuras dos doze pares de França, livro tido em grande estima no sertão, cuja leitura, nos serões solarengos das fazendas do interior, era feita em torno do lampião de querosene à família atenta, que tinha herdado da idade feudal, através do drama das conquistas, aquele gosto barbaresco de façanhas guerreiras, postas em prática anualmente na sede dos municípios com o espetáculo fausto das cavalcadas.

Nhá Lica fazia em casa essas leituras. Começava quase sempre pelo episódio da Princesa Floripes, de que tinha um secreto prazer em acentuar a animosidade e o ardor belicoso com que, abrasada toda por converter-se à fé cristã de seu amado Gui de Borgonha, acirrava contra as hostes de seu pai os cavaleiros cativos na torre de Ferrabrás...

Porém, ao contrário da jovem leitora urbana, a moça do interior interioriza os efeitos da leitura, cujas reacções incluem a aceleração da fantasia e o estímulo sensorial do corpo:

E uma noite, recolhendo-se um tanto excitada daquelas narrativas, sonhou que estava encerrada numa alta torreola, como a que armaram a vez passada em Curralinho, e Dito era o moço paladino que viera libertá-la dos furores paternos do Almirante Balão, encarnado na figura venerável de seu velho pai... De então, ao reler aquelas páginas, sentia-se enleada por um sentimento obscuro e era com desafogo que passava aos amores da Rainha Angélica com o sobrinho do Imperador, o destemido Roldão, corajosamente encerrado no interior do leão mágico...

205

As conseqüências justificam reprovação de que as leituras são objecto, procedendo, contraditoriamente, dos próprios livros de ficção. Contudo, nem todas as leituras são censuradas, mas sobretudo a que as mulheres fazem; nessa medida, elas se particularizam enquanto leitoras –o substantivo definindo-se pelo gênero feminino– e leitoras sobre as quais recai a suspeita e a desconfiança.

Por sua vez, o tema dá margem a um veio explorado pela ficção nacional, que apresenta perspectivas heterogêneas. Em *O mulato*, de Aluisio Azevedo, ajuda a caracterizar a ingenuidade da personagem Ana Rosa, leitora de uma das predileções das mulheres românticas, a *Graziela*, do francês Lamartine:

Lera com entusiasmo a Graziela de Lamartine. Chorou muito com essa leitura e, desdai todas as noites, antes de adormecer, procurava instintivamente imitar o sorriso de inocência que a procitana oferecia ao seu amante (Azevedo, 1964: 40).

Pode, porém, ter o propósito de contrariar e questionar o padrão dominante, como ocorre no conto “A alma do outro mundo”, de *Contos sem pretensão*, de 1872, em que o autor, Luís Guimarães Júnior narra a reação de José Paz ao comportamento da filha, Rosinha, moça do interior de Pernambuco e proprietária de uma pequena biblioteca pessoal, de que é leitora assídua. Atribuindo aos livros a deformação moral e afetiva da jovem, que se apaixonara por um rapaz de classe social superior à sua, José Paz acredita que, eliminando a causa, liquidará igualmente o problema.

Com esse intuito, invade, de modo clandestino, o quarto da jovem, identificando as poucas obras que constituem o acervo dessa leitora oriunda de empobrecido meio rural:

206

Ao penetrar no quarto da filha as pernas oscilavam-lhe, como um mato de bambus, fustigados pelo vento norte. (...) José Paz criou coragem, e abriu com a mão febril o baú da filha.

O quarto estava às escuras; por precaução o matuto apagara o candeeiro e o velho lampião, únicas luminárias dos seus domínios. Foi pelo tanto que ele se aventurou entre as cassas, crivos e chitas do pobre guarda roupa da menina. Apalpou os cantos do baú, e seus dedos curtos arranharam a capa de cinco ou seis livros. Era a biblioteca de Rosinha: o *Simão de Nântua*,¹ o *Tesouro de meninas*, *Paulo e Virgínia* e outras produções da musa inocente e simples. O larápio, que descobre um saco de moedas, não exala suspiro de maior satisfação do que o que rugiu nas cavernas do peito de José Paz. Apertou nas mãos frenéticas os livros e uniu-os ao seio úmido e agitado (Guimarães Júnior, 1872: 48).

Na seqüência, José Paz queima os livros, esperando com esse gesto salvar a filha do mal:

Lançou nesse novo auto-de-fé, os livros em primeiro lugar, um por um, rasgando-lhes as folhas purificadas pelos olhos da ingênua leitora.

¹ Este livro, denominado *História de Simão de Nântua, ou o mercador de feiras*, de autoria de Laurent de Jussieu, data de 1812, tendo sido traduzido para o português e publicado em dois volumes em 1830 e depois em 1834 (Ramos, 1972).

Quando se faziam em cinzas os volumes do *Tesouro de meninas*, ele exclamava, batendo palmas e soltando uns uivos de alegria lupina:

- Queima-te, diabo! queima-te, cão! Arde praí, tinioso de uma figa!

Sucedeu ao *Tesouro de meninas* o proverbial *Simão de Nântua*, a este o mimo de Bernardino de Saint-Pierre, e assim por diante. José Paz saboreava o estrago com o entusiasmo dos inquisidores espanhóis nas suas piedosas vinhanças (Ramos, 1972: 50).

Rosinha interpela o pai, perguntando-lhe o que acontece, ao que José Paz responde, justificando o acto:

- Queimei tudo! tudo! tudo! bradou José Paz, com um grito de entusiasmo... O teu vestido, a ventarola, os livros, os sapatos, tudo o que te estava tirando o sono e fazendo-te ficar triste à toa!

- Mas está doído, Deus do céu!

José Paz ria-se freneticamente e agarrando nas mãos geladas da filha:

- Já o demônio não te há de tentar mais, nunca mais, nunca mais! Foi o vigário quem me ensinou o remédio! (Ramos, 1972: 52).

Na narrativa de Guimarães Júnior, reaparecem os modos como a leitura das mulheres é encarada na segunda metade do século XIX. Os livros pertencem à biblioteca da moça e estão guardados numa pequena arca, desconhecida do pai; supõe-se que esse não aprove seu consumo, razão pela qual ficam fora de sua vista; José Paz, por sua vez, atribui à leitura efeitos nocivos, no que é estimulado pelo vigário, que, à moda do cura de *D. Quixote*, associa o livro ao demônio. A melhor solução é, pois, extirpar o mal, por meio da queima dos volumes.

207

Guimarães Júnior regista, porém, o processo por meio de seus avessos: o evento ocorre no meio rural, e não na cidade; a biblioteca é formada de livros escolares, como o *Simão de Nântua* e o *Tesouro das meninas*; e as obras são produtos da “musa inocente e simples”, enquanto que José Paz conduz-se, primeiro, como um “larápio”, depois como um inquisidor espanhol, ao lançar um “novo auto-de-fé”. Por sua vez, Rosinha é “ingênua leitora”, não uma feiticeira tomada pelo demônio. Ao reproduzir a conduta de seu tempo e condená-la, Guimarães Júnior, ao mesmo tempo, revela os preconceitos vigentes e denuncia-os de modo grotesco.

O conto de Guimarães Júnior parece indicar a corda bamba sobre a qual se equilibravam os escritores brasileiros da segunda metade do século XIX e

início do século XX. Diante de um público ralo e sestroso, pertencente a uma sociedade em que predominava a visão paternalista e conservadora herdada do período colonial, pouco favorável à educação da população local, especialmente a das mulheres (entre muitos outros, Agassiz e Agassiz, 1975; Debret, 1989; Leite, 1984; Luccock, 1975; Manet, 1928), eles precisavam deixar claro que seu texto não acompanhava o padrão sedutor que prejudicaria moralmente a audiência feminina. Sob esse aspecto, acompanham a perspectiva preconceituosa que vigorou desde a difusão da imprensa, no século XVI, e disseminou-se sobretudo depois do século XVIII, com efeitos no século XIX.

Por outro lado, não podiam ignorar, nem evitar a perspectiva feminina, que, de algum modo, reproduziam, ao expressar as reacções físicas e sensoriais que moviam as leitoras e motivavam a procura dos livros, como ocorre à Sinhá, de *Lar*, de Pardal Mallet, ou a Maria do Carmo, de *A normalista*, de Adolfo Caminha. Assim, obrigam-se às vezes a tomar atitude ambígua, que retorna mesmo no caso de autoras actuautes no período, como é o caso de Júlia Lopes de Almeida, que, no *Livro das noivas*, de 1896, sugere que as mulheres empreguem a cautela ao escolherem os livros, recomendando, no *Livro das noivas*, “leitura (...) sã, bem feita”, não “o romance de enredo”, com “as cenas imprevistas, as astúcias de lacaios e de agentes falsos, os véus negros de adúlteras em entrevistas amorosas, e os lampejos de espadas no *campo da honra!*” (Almeida, 1896: 37).

Na observação à primeira vista censora, Júlia Lopes de Almeida parece defender sua própria obra, exemplo provável de “leitura (...) sã, bem feita”, dirigida ao público feminino e também masculino. Intermediando a relação entre a mulher e a leitura, a romancista luta por um espaço que a diferencia enquanto produtora do livro desejado por todos, aquele em que a leitora não será condenada, até porque talvez as marcas de gênero terão então desaparecido.

Atitude mais transgressiva aparece no romance *Lésbia*, que Maria Benedita Bormann assina com o pseudônimo de Délia. Colocando uma escritora na posição de protagonista, a *Lésbia* do título, a narração dá conta da acolhida de que foi objecto seu primeiro romance, *Blandina*, publicado sob a forma de folhetim, no rodapé de um jornal carioca. Embora o texto apresentasse inúmeras qualidades -como o “maravilhoso tecido, bordado de peripécias, onde cada personagem era perfeitamente descrito em seus defeitos e qualidades,

mostrando no estudo psicológico verdadeira mestria”; o “espírito másculo, presidindo à concepção e ao desenvolvimento do entrecho”; “a amena ductilidade do estilo, dobrando-se ao apurado tato feminino, [que] desvendava esses melindrosos recessos d’alma que o homem mal adivinha e que a mulher sói possuir e expor”- foi recebido “com frieza” pela imprensa; apenas os “literatos” perceberam-nas, mas “calaram-se, esperando talvez entibiar-lhe o ânimo e cortar-lhe os vôos.”

Também as mulheres rejeitam a obra, investindo “contra a moralidade de alguns personagens do romance, os quais, no entanto, poderiam servir-lhes de modelo em tudo e por tudo.” A acusação estende-se à autora, contra a qual “passaram a vociferar”, “querendo talvez repartir com ela um pouco do que lhes nodoava as frentes”. Chamando a essas mulheres de “*puristas*”, o narrador denuncia que elas “conservavam (...), no fundo de alguma gaveta, gravuras que não podiam ser vistas e livros com o título *Leitura para homens*; preciosos pasatempos, de misterioso sabor, verdadeiro incitamento histérico em horas de ócio”. A seguir, delata a acção dos maridos, “hipócritas, cujos delitos começavam no próprio lar”, que proibiram “até a vista da mísera *Blandina* às esposas, falsamente ingênuas, que tomavam uns ares infantis, perguntando às amigas se ousavam ler aquela perniciosa produção.”

209

O público de *Blandina*, por sua vez, espraia-se, pois inclui até as “solterinhas”, que procuraram “devorar aquelas páginas condenadas” e que acabam por encontrar o que até então desconheciam: a “grandeza de certos sentimentos pintados com vigor” (Bormann, 1998 [1890]: 103-106). A reacção dessa audiência difere da que descrevem os romancistas actuantes à mesma época que Maria Benedita Bormann, embora o teor da narrativa não se diferenciasse muito daquele que, poucos anos depois, viria a provocar a advertência de Júlia Lopes de Almeida, dirigindo-se ao similar grupo etário:

Aprenderam assim a sentir, podendo melhor devassar o que lhes ia n’alma, identificando-se com o sofrimento daqueles heróis e heroínas, nesses arroubos juvenis tão sinceros e espontâneos, tão despidos de preconceitos e de más intenções!

Apreciando a obra, simpatizaram com a autora, procurando reconhecê-la em uma ou outra personagem, em uma ou outra decepção e quiçá em uma ou outra esperança.

Em *Blandina* havia a história comovente de um filho natural, engenhosamente conservado junto à mãe, sem ter despertado a desconfiança pública.

A conclusão expressa pelo narrador talvez possa se aplicar a muitos autores que julgavam imorais ou inadequadas os livros consumidos pelas leitoras brasileiras do século XIX e primeiras décadas do século XX:

Acharam imorais os trabalhos de Lésbia os néscios e os dissolutos, de que em geral se compõe a massa social, quando de fato a imoralidade só existia em seus obtusos cérebros, incapazes de compreendê-la.

Poucos autores do período, e mesmo depois, tiveram meios de enunciar a questão com a propriedade com que Maria Benedita Bormann o faz. Tal como Luís Guimarães Júnior, questiona os padrões vigentes; contudo, não os desloca para fora de seu lugar de origem, removendo-os para o interior do Brasil, como ocorre na história do matuto José Paz. Pelo contrário, situa-os no coração do Rio de Janeiro, e dialoga com o auditório que julgaria a adequabilidade ou não da obra que lhe oferece. Acaba por denunciar uma dificuldade de comunicação que apenas o tempo e a mudança dos valores alterariam.

Por essa razão, foi silenciada por muito tempo, acabando por dividir seu destino de autora com o de sua personagem, recusadas, as duas, pelos *puristas* de plantão.

210

Regina Zilberman
UFRGS; FAPA; CNPq

Bibliografia

Agassiz, Louis e Elizabeth Cary Agassiz. [1865-1866, (1975)]. *Viagem ao Brasil*. Trad. de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.

Almeida, Júlia Lopes de. 1896. *Livro das noivas*. 3ª ed. Rio de Janeiro, s.e.

Anselmo, Artur. 1997. “Da edição à transgressão”, em *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

Apud Newlyn, Lucy. 2003. *Reading, Writing, and Romanticism. The Anxiety of Reception*. Oxford: Oxford University Press.

Assis, Machado de. 1959. *A mão e a luva*. São Paulo: Mérito.

- 1959a. “Confissões de uma viúva moça”, em *Contos fluminenses*. São Paulo: Mérito.
- Azevedo, Aluísio. 1964. *O mulato*. São Paulo: Martins.
- Bormann, Maria Benedita Câmara [Délia]. [1890 (1998)]. *Lésbia*. Atualização do texto, introdução e notas de Norma Têlles. Florianópolis: Mulheres.
- Caminha, Adolfo. 1994. *A normalista*. São Paulo: FTD.
- Coelho Neto. 1958. *Turbilhão*, em *Obra seleta*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- Debret, Jean Baptiste. 1989. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. e notas de Sérgio Milliet. Tomo 3. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- Guedes, Fernando. 2001. *O livro como tema*. História Cultura Indústria. Lisboa: Verbo.
- Guimarães Júnior, Luís. 1872. “A alma do outro mundo”, em *Contos sem pretensão*. Rio de Janeiro: Garnier.
- Lajolo, Marisa e Regina Zilberman. 1996. “A leitora no banco dos réus”, em *Formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Leite, Míriam Moreira (org.). 1984. *A condição feminina no Rio de Janeiro*. Século XIX. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- Littau, Karin. 2006. *Theories of Reading. Books, bodies, and Bibliomania*. Cambridge: Polity Press.
- Luccock, John. 1975. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Mallet, Pardal. 1888. *Lar*. Rio de Janeiro: Tipografia Central.
- Manet, Edouard. 1928. *Lettres de jeunesse 1848-1849. Voyage a Rio*. Paris: Louis Rouart & Fils, Éditeurs.
- Ramos, Hugo de Carvalho. 1965. “Gente da gleba”, em *Tropas e boiadas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Ramos, Vítor. 1972. *A edição de lingua portuguesa em França 1800-1850*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sá, Artur Moreira de. 1983. *Índice dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Woodmansee, Martha. 1994. *The Author, Art, and the Market. Rereading the History of Aesthetics*. New York: Columbia University Press.

Zilberman, Regina. 2001. *Fim do livro, fim dos leitores?*. São Paulo: SENAC.